

Aliados de FH têm acordo para enxugar a máquina

MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — Já existe um acordo informal entre o PFL, o PMDB, o PSDB e o PTB para garantir a reforma administrativa do Estado em 1995, com o enxugamento da máquina governamental. Os dirigentes desses partidos concordam que a estrutura atual, inchada, inviabilizará a administração de Fernando Henrique Cardoso, e estudos já estão bastante adiantados para promover uma reforma nos primeiros meses do próximo ano.

— Do jeito que está a máquina hoje, é impossível governar adequadamente — diz o presidente do PFL, Jorge Bornhausen.

O PFL apresentará ao presidente eleito, até dia 21, um estudo detalhado com sugestões sobre as mudanças administrativas e os órgãos que poderão ser reformulados ou extintos. Entre outros, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), a Sudene e a Companhia de Eletricidade do Vale do São Francisco (Codevasf) devem integrar a lista.

— Nosso trabalho ainda está na fase preliminar. Não podemos começar pelo final, que é a definição dos órgãos que poderão sofrer mudanças. Recebemos apenas algumas sugestões, que estão sendo estudadas — afirma Bornhausen.

O presidente do PMDB, deputado Luiz Henrique (SC), já avisou que seu partido é amplamente favorável à redução da máquina administrativa e à des-

centralização das tarefas do Governo federal. Uma das sugestões do PMDB é ampliar a municipalização.

— O PMDB tem uma antiga tradição defendendo a municipalização da área social e da saúde, por exemplo. O Governo tem que evitar enviar cada vez mais dinheiro para os municípios. É preciso que os municípios tenham condições de gerar seus próprios recursos para desafogar o Governo federal — afirma Luiz Henrique, sugerindo que seja feita uma reforma tributária.

Ele defende a extinção de todos os órgãos que se prestam a fins eleitoreiros ou benefícios irregulares:

— Órgãos como a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) são absolutamente anacrônicos. Todos os órgãos que criarem clientelismo e tráfico de influência são dispensáveis.

Apesar do consenso em torno dessas mudanças, os dirigentes partidários tratam o assunto cautelosamente.

— É preciso estudar com calma todos os desdobramentos políticos que a extinção de um órgão pode acarretar — afirma o presidente do PTB, José Eduardo Andrade Vieira (PR).

Além do estudo do PFL, Paulo Renato Souza, coordenador do programa de governo do presidente eleito, está desenvolvendo um detalhado trabalho sobre o funcionamento de cada órgão federal. A idéia é que todos os estudos estejam nas mãos de Fernando Henrique no dia da posse.